

GAZETA MERCANTIL

Sábado, 9, e segunda-feira, 11 de maio de 1987

Expectativa de um programa de reordenamento econômico

Como ocorre ciclicamente, o País foi novamente sacudido por uma onda de boatos na última quinta-feira, ligados às informações quanto ao comportamento da inflação em abril. Como naquele dia o ministro da Fazenda, Bresser Pereira, tinha uma audiência marcada com o presidente José Sarney, criou-se a expectativa de grandes decisões, falando-se muito em novo choque econômico, adição do chamado Plano "Larida", decretação de feriado bancário, volta do congelamento de preços, etc.

Como se viu, nenhuma dessas hipóteses concretizou-se. A estimativa de um nível recorde de 19,5% para a inflação no último mês, sob pressão dos reajustes de 240% dos aluguéis e de 40% nos preços dos medicamentos, gerou um clima de apreensão, até certo ponto compreensível, diante da possibilidade de a inflação mensal saltar, a partir de maio, para o patamar de mais de 20%. A agitação no mercado financeiro foi intensa, tanto mais porque o Banco Central elevou as taxas nominais de juro.

Paralelamente, outro fenómeno se verifica. Os agentes económicos procuram precaver-se quanto a medidas que, segundo se tem propalado, o governo vai tomar. Isso tem dado origem a aumentos de preços sem nenhuma razão, a não ser uma pretensa proteção contra congelamentos. Como tais preços se situam em níveis bastante superiores aos praticados pelo mercado, utiliza-se o mecanismo de concessão de "desconto" quando as vendas são efetivamente realizadas.

Em um ambiente como este os rumores prosperam, por irresponsáveis que sejam. De fato, é absurdo esperar que a nova equipe económica, que mal completa uma semana no poder, já estivesse em condições de colocar em execução um programa de reajustamento da economia, cujo êxito depende, em grande medida, de seu realismo.

Ao negar que o País está caminhando para uma hiperinflação, o ministro da Fazenda mencionou a indexação geral dos preços como uma saída, mas sempre condicionada a uma avaliação

críteriosa do período pós-Cruzado. "O que nós estamos querendo fazer", disse Bresser Pereira, "é um acompanhamento dos preços. A idéia é ter um controle administrativo dos preços e estabilizar a taxa de inflação. Queremos indexar todos os preços." E mais adiante: "Quando se tem uma economia indexada, como a nossa está voltando a sê-lo, fica difícil que a inflação baixe, mas se torna praticamente impossível que haja hiperinflação".

O que se conclui é que o governo vai dar espaço para que as distorções de preços tão flagrantes no mercado se corrijam nas próximas semanas, em função até mesmo do desaquecimento da demanda. Chegando-se a essa fase, poderá ser adotado um plano de indexação mais abrangente, o que não significa, porém, a adoção do Plano "Larida", pelo qual a medida dos preços, para todos os fins práticos, passa a ser a Obrigação do Tesouro Nacional (OTN), diariamente atualizada.

O governo não pretende igualmente modificar o "gatilho", jogando sobre uma parcela da so-

ciiedade os maiores ônus do reajustamento. Significativamente, ao fazer essa reafirmação, o ministro aludiu ao programa do PMDB, que defende a escala móvel. Esta menção pode ser interpretada como uma forma de ressaltar o suporte político com que deve contar a política económica nesta fase tormentosa.

Na realidade, o programa de curto prazo, a ser anunciado em breve, não visará penalizar nenhum segmento especificamente, mas encontrar meios aceitáveis de convivência para todos. Em outras palavras, a expectativa é de um programa básico que permita manter a economia em funcionamento em condições de relativa estabilidade. E isso, certamente, é de interesse tanto dos trabalhadores quanto dos empresários.

Acreditamos que o ministro Bresser Pereira, que alia a competência técnica à capacidade de diálogo, será capaz de restabelecer a credibilidade da política económica, requisito essencial para que a economia continue na rota do crescimento.